

De janeiro a agosto de 2016 foram parcialmente pagas cerca de 200 mil dívidas ativas referentes a multas de trânsito, encontrando-se pendente de quitação em 31.08.16 o valor de R\$ 9,5 milhões. A Auditoria aponta que arrecadação de multa de trânsito apresenta problemas, tendo em vista que o Município recebe apenas o valor nominal da multa, ainda que tenha direito a receber juros de mora e atualização do valor por conta do vencimento do prazo de pagamento. Assim a Auditoria recomenda que a Procuradoria Geral do Município e a Secretaria de Transportes/DSV estabeleçam ações conjuntas para resolver a quitação parcial das multas de trânsito inscritas em dívida ativa e pagas por ocasião do licenciamento eletrônico.

A Auditoria também constata divergências entre o SOF e o Sistema da Dívida Ativa (DAS), tanto nos valores de dívida ativa arrecadada, como em relação ao saldo acumulado da dívida a arrecadar, denotando a necessidade de integração entre os sistemas. Já em relação às negações (cancelamentos) de inscrição da dívida ativa a Auditoria destaca as seguintes impropriedades:

- Casos de paralisação na tramitação processual administrativa por prazo superior a cinco anos, sem que houvesse justificativas que motivassem tal inércia, subsistindo a necessidade de estabelecimento de rotinas administrativas claras e definidas para a tramitação dos processos, a fim de evitar a incidência do fenômeno da prescrição;

- Nas negações processadas pela Secretaria de Finanças não há no Sistema da Dívida Ativa (SDA) o registro do autor nem o embasamento, o que prejudica a rastreabilidade das informações no âmbito da Procuradoria Geral do Município, gerenciadora do sistema;

- A Procuradoria Geral do Município deve fornecer à contabilidade informações acerca do ônus de sucumbência das condenações judiciais decorrentes de inscrição na dívida ativa, para que seja possível o registro individualizado, permitindo o controle de valores dispendidos por conta de erros de agentes públicos; e

- Houve inscrição automatizada em dívida ativa não tributária de multas relativas a irregularidades em muros, passeios e calçadas (MPL) antes do prazo legal para regularização administrativa pelo atuado, ocasionando a elevação indevida do saldo da dívida no Sistema da Dívida Ativa (SDA).

De acordo com Auditoria, o total de R\$ 100,8 bilhões da dívida ativa a arrecadar vem sendo atualizado apenas monetariamente, ensejando a adoção de efetivas medidas para saneamento. Assim, o ajuste para perdas em 31.12.16, representando 37,8% do total da dívida ativa, não contempla o universo conhecido dos créditos incobráveis. Nesse sentido, a PGM e SF devem reavaliar a adequação dos critérios utilizados para mensuração do ajuste para perdas, de forma que este reflita o efetivo volume incobrável da dívida ativa.

Os maiores devedores (com débitos consolidados de valor igual ou superior a R\$ 3,0 milhões) representavam, em 2016, 67% da dívida ativa. Segundo a Auditoria, há créditos inscritos em dívida ativa que já transitaram em julgado, e, sendo considerados indevidos, já deveriam ter sido baixados no SDA. Assim, a Procuradoria de Grandes Devedores deve adotar os trâmites administrativos necessários para que os créditos inscritos em dívida ativa com trânsito em julgado contrário à Prefeitura sejam regularmente baixados do SDA.

## INVESTIMENTOS

Segundo a Auditoria, no grupo de investimentos, a principal variação ocorrida deu-se no grupo "Demais Participações Permanentes", em função do reconhecimento, mensuração e evidenciação do Certificado de Potencial Adicional de Construção - Cepac.

Quadro 6.20 – Composição do Subgrupo Investimentos Em R\$ mil

Descrição	31.12.15	31.12.16	Δ	Δ%
Participações Permanentes	2.383.811	2.812.827	429.016	18,0
Participações Avaliadas pelo MEP	1.311.683	1.741.950	430.267	32,8
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	1.072.128	1.070.877	-1.251	-0,1
Demais Participações Permanentes	121.385	6.136.150	6.014.765	4.955,1
Total - Investimentos	2.505.196	8.948.978	6.443.781	257,2

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls.145

A Auditoria ressalta que as principais variações patrimoniais ocorridas no grupo Participação Societárias – Avaliada pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP), foram motivadas, sobretudo, pelo aumento de investimentos na Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA e pela reclassificação contábil do investimento na Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – Cohab, no valor de R\$ 992,6 milhões, para o nível 2 – Intra-OFSS, em virtude da empresa se caracterizar como estatal dependente.

Quadro 6.21 – Investimentos Avaliados pelo MEP Em R\$ mil

Descrição	Participação Societária - MEP			
	31.12.15	31.12.16	Δ	Δ%
COHAB - AFAC	141.793	-	(141.793)	-
COHAB	645.487	992.585	347.097	53,8
PRODAM - AFAC	20.000	-	(20.000)	-
PRODAM	107.286	137.454	30.168	28,1
SP URBANISMO - AFAC	38.298	36.050	(2.248)	-5,9
SP URBANISMO	176.327	175.273	(1.054)	-0,6
SP TRANS - AFAC	2.999	6.024	3.026	100,9
SP TURIS - AFAC	-	6.000	6.000	-
SP TURIS (AÇÕES ORDINARIAS)	118.625	115.938	(2.687)	-2,3
SP TURIS (AÇÕES PREFERENCIAIS)	480	480	-	0,0
SP NEGÓCIOS	2.030	2.188	158	7,8
SPDA - AFAC	-	22.824	22.824	-
SPDA	3.586	195.887	192.301	5362,5
SP OBRAS	29.760	28.437	(1.323)	-4,4
SP SECURITIZAÇÃO	735	613	(122)	-16,6
SP CINE	24.276	22.195	(2.081)	-8,6
TOTAL	1.311.683	1.741.950	430.267	32,8

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls.147

O único investimento avaliado pelo método de custo que teve variação em 2016, segundo a Auditoria, foi o atinente à Rede Rodoviária Federal – RFFSA. A Procuradoria Geral do Município orientou pela manutenção deste valor por "ostentar expressão econômica", pois estava em fase de encerramento o inventário da RFFSA e a PMSP pode ser elegível a receber "crédito segundo critério legal".

A Auditoria também apresenta os saldos e a respectiva variação dos Demais Investimentos Permanentes.

Quadro 6.24 – Operações Urbanas Em R\$ mil

Descrição	Operações Urbanas			
	31.12.15	31.12.16	Δ	Δ%
Água Espreada	107.700	460.239	352.539	327,3
Faial Lima	13.685	2.165.794	2.152.109	15.725,9
Água Branca	-	3.510.117	3.510.117	-
TOTAL	121.385	6.136.150	6.014.765	4.955,1

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls.151

## IMOBILIZADO

De acordo com a Auditoria, em 31.12.16, o saldo da conta Imobilizado – Bens Imóveis era de R\$ 19,1 bilhões (21,2% do Ativo não Circulante).

Quadro 6.26 – Bens Imóveis Em R\$ mil

Conta	Saldo em 31.12.15	Movimentação		Saldo em 31.12.16
		Entrada	Saída	
Bens de Uso Especial	428.831	-	-	428.831
Construções	428.831	-	-	428.831
Terrenos com Construções	8.487.651	329.741	-	8.817.392
Terrenos sem Construções	1.373.835	-	-	1.373.835
Hipotecados - Construções	-	5.528	-	5.528
Aforados	15.660	-	-	15.660
Em Comodato sem Construções	667.562	-	-	667.562
Bens Dominiais	48.261	-	-	48.261
Construções (1)	48.261	-	-	48.261
Terrenos com Construções (1)	1.577.727	-	-	1.577.727
Terrenos sem Construções (1)	6.142.391	-	-	6.142.391
<b>Subtotal</b>	<b>18.741.917</b>	<b>335.269</b>	<b>-</b>	<b>19.077.186</b>
Bens Imóveis em andamento	2.304.110	1.382.227	3.686.337	-
Obras em Andamento	2.304.110	1.382.227	3.686.337	-
Estudos e Projetos (2)	10.401	-	10.401	-
Estudos e Projetos (2)	-	3.373	3.373	-
Instalações	7	3.040	3.047	-
Benfeitorias em Prop. de Terceiros	-	384	384	-
Demais Bens Imóveis	1.262.999	195.548	1.458.547	-
Bens Imóveis Desapr.a Classificar	1.262.999	195.548	1.458.547	-
Outros Bens Imóveis	1.339.869	630.228	1.970.097	-
<b>Total de Bens Imóveis</b>	<b>23.659.303</b>	<b>2.550.069</b>	<b>7.132.186</b>	<b>19.077.186</b>

Nota: (1) Livres, (2) O saldo da Conta "Estudos e Projetos" é representado pelo total das duas contas. Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls.153

A Auditoria aponta as seguintes impropriedades: os saldos das contas Bens de Uso Especial e Bens Dominiais não estão suportados por registros analíticos individualizados dos imóveis que as compõem; a implantação do Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário ainda não foi totalmente concluída; a planilha utilizada como base para a contabilização dos Bens Imóveis não se encontra atualizada; o Controle Analítico dos Bens de Uso Especial e Dominiais é feito em planilhas Excel; a análise de documentos para registro no Relatório de Bens Imóveis da Prefeitura (DGPI) é morosa; os controles exercidos sobre bens imóveis ainda não permitem o conhecimento da situação efetiva de cada um dos próprios da Prefeitura; a maioria dos croquis representa apenas terrenos, sem o acréscimo de eventuais construções ou reformas ocorridas e a correspondente valorização: unidades escolares, hospitalares etc.; no caso das desapropriações, cujos desembolsos já consumiram dotações orçamentárias, o imóvel é contabilizado (no subsistema patrimonial) somente após a elaboração do seu croqui, com a defasagem inerente ao tempo requerido para regularização da propriedade. Além disso, as incorporações de bens imóveis (Bens de Uso Especial e Bens Dominiais) não são lançadas tempestivamente, sendo contabilizadas apenas no final do exercício; não foi localizada documentação de suporte para lançamentos de baixas nas contas Bens Imóveis; e a publicação do Relatório de Áreas Públicas foi feita em maio, e não durante o mês de abril, e não foram demonstradas as zonas de uso (Lei de Zoneamento) às quais cada área pública pertence.

## OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO

A Auditoria destaca que o saldo da conta totalizou R\$ 1,8 bilhão, representando 14,2% do total do Passivo Circulante (R\$ 12,6 bilhões) e 3,1% do Passivo total (R\$ 56,8 bilhões). 98,6% correspondem aos precatórios com pessoal exigíveis no curto prazo.

## FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

De acordo com a Auditoria, a conta alcançou R\$ 926,2 milhões ao término do ano de 2016, representando 7,3% do total do Passivo Circulante e apenas 1,6% do Passivo total (Circulante e Não Circulante). 85,5% das obrigações registradas correspondem aos precatórios com fornecedores exigíveis no curto prazo. A Auditoria ressalta que não houve o cumprimento da Portaria STN nº 548/15, a qual determina a obrigatoriedade de registro das obrigações com fornecedores por competência a partir de 2016.

## DEMAIS OBRIGAÇÕES A PAGAR

A Auditoria aponta que o montante desse subgrupo é formado, em sua maior parte, por Depósitos Judiciais, seguido dos Depósitos Não Judiciais, Consignações e outros valores.

Quadro 6.29 – Evolução e Composição de Saldos - Demais Obrigações – 2016 Em R\$ mil

Título	Saldo em 31.12.15	Saldo em 31.12.16	Δ	Δ Vert. %
Consignações	93.644	105.563	12,7	1,4
Depósitos Judiciais	6.277.851	7.230.657	15,2	93,6
Depósitos Não Judiciais	426.720	324.120	-24,0	-4,2
Outros Valores Restituíveis	-	48.899	-	0,6
Outras Obrigações a Curto Prazo	29.368	17.780	-39,5	0,2
<b>Total</b>	<b>6.827.583</b>	<b>7.727.018</b>	<b>13,2</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls.158

Nesse item a Auditoria aponta as seguintes impropriedades: a Divisão de Compras e Contratos (Dicon) deve reclassificar as contas do Passivo representativas dos valores a pagar do programa Nota Fiscal Paulista, de modo a realocar o ISF de permanente para financeiro; não há mecanismos que possibilitem a conciliação dos valores efetivos referentes às cauções no âmbito do Termo de Permissão de Uso (TPU) com os valores registrados no SOF; nos depósitos em garantia de execução de contrato há demonstrando um descompasso entre a contabilidade e o registro no Sistema de Cauções e Garantias de Contratos – CGC; os passivos oriundos de cauções devem ser segregados em circulante e não circulante, de acordo com a sua expectativa de realização; os índices de atualização das cauções são incluídos mensal e manualmente no sistema, denotando fragilidade no processo e aumentando a probabilidade da ocorrência de erros e os registros contábeis só ocorreram no momento da devolução efetiva dos valores, em contraposição ao princípio doutrinário da competência; a conta "Créditos a Regularizar" vem sendo utilizada para qualquer tipo de ingresso financeiro desprovido da informação acerca da sua origem, sendo regularizada em momento posterior; as baixas contábeis que ocorreram no exercício de 2016 não evidenciaram a reclassificação para receitas de doação.

## DÍVIDA FUNDADA

A Auditoria aponta diminuição substancial do volume de empréstimos e financiamentos de longo prazo, principal componente da Dívida Fundada, em virtude, sobretudo, da renegociação do contrato de refinanciamento entre a União e a PMSP.

Segundo a Auditoria, nos passivos referentes ao Refinanciamento da Dívida não foram detectados registros de transferência para o curto prazo após fevereiro de 2016, em prejuízo da atualização da projeção ao final de cada mês para os próximos 12 meses (item 2.3.3, Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais do MCASP 6ª edição). Além disso, as informações sobre a dívida pública constantes do Portal da